

Pesquisa documental sobre “Combate à lepra no Brasil” (1945): filmes científicos como fontes para o ensino de história da ciência

Documental research on "Fighting leprosy in Brazil" (1945): science films as sources for teaching history of science

Luiz Augusto Rezende Filho

Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES-UFRJ)

luizrezende@ufrj.br

Márcia Bastos de Sá

Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES-UFRJ)

marciabsa@hotmail.com

Karen Oliveira

Instituto de Psicologia - UERJ

karen.olivaeira@gmail.com

Simone Franco de São Tiago

Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES-UFRJ)

francosaotiago@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho elaboram-se reflexões acerca das contribuições do uso de filme científico de arquivo no ensino-aprendizagem de história da ciência, tomando-se como exemplo o desenvolvimento de uma análise do filme *Combate à lepra no Brasil*, produzido pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), em 1945. Iniciando pela discussão de algumas questões metodológicas concernentes à incorporação de recursos audiovisuais ao ensino de história da ciência e pela retomada das principais características das abordagens historiográficas epistemológica e a arqueológica, apresenta-se uma pesquisa documental preliminar sobre o conhecimento científico que o filme aborda implícita ou explicitamente em relação à questão do isolamento do hanseniano, entre outras. A partir destas informações os autores desenvolvem uma reflexão sobre o uso de audiovisuais de arquivo como fontes para o ensino da história da ciência.

Palavras-chave: filmes científicos, história da ciência, hanseníase, ensino de ciências.

Abstract

In this paper are elaborated reflections on the contributions of the use of scientific archive film in teaching and learning history of science, taking as example an analysis of the film *Fighting leprosy in Brazil*, produced by the National Film Education Institute (INCE) in 1945. Some methodological issues concerning the incorporation of audiovisual resources to the

teaching and learning of history of science are presented together with a review on the epistemological and archaeological historiographical approaches. A preliminary documental research on the scientific knowledge regarding the issue of isolation in leprosy implicitly or explicitly covered by the film is presented. From this information the authors develop a reflection on the use of audiovisual file as resources for teaching the history of science.

Keywords: scientific films, history of science, leprosy, science teaching.

Introdução

Embora a utilização de recursos audiovisuais venha sendo discutida e incorporada ao Ensino de Ciências, tal como atestam diversas publicações, pouco têm sido explorados os acervos de materiais audiovisuais didáticos, de divulgação científica, ou mesmo de filmes comerciais de ficção, acumulados ao longo de mais de um século. Se, por um lado, já é bem assimilado o uso da imagem em movimento para ilustrar, apresentar e discutir ideias e conceitos científicos, por outro, ainda é pouco expressivo o uso desse mesmo recurso como fonte histórica para o ensino da natureza e da história da ciência.

Neste trabalho, partimos do pressuposto segundo o qual filmes e vídeos produzidos no passado podem ser tratados como documentos históricos, e não apenas como instrumentos para a transmissão de conhecimento. Tomar filmes como documentos históricos não significa, no entanto, entendê-los como representações dos fatos ou da ciência. Os filmes não são testemunhos diretos e neutros da história ou de “como as coisas ocorreram”. Além de serem reconstruções, os filmes têm também uma dimensão comunicativa e intencional que explica pelo menos em parte por que eles são como são. Esta é inclusive uma das dimensões que precisa ser levada em conta quando consideramos tanto o uso educativo dos audiovisuais, quanto seu papel na divulgação científica e na constituição de fontes históricas.

A compreensão desse caráter reconstitutivo e comunicativo dos filmes vai no sentido de mostrar que ainda que um filme não possa ser entendido como testemunho direto da História, ele pode ser entendido como testemunho de uma maneira de vê-la ou escrevê-la, em um determinado momento (FERRO, 1992). Filmes não são “matérias inertes”, neutras, mas discursos em que podem ser identificados aspectos relativos, por exemplo, às normas internas de produção científica de uma época. Isso implica tanto em um trabalho analítico sobre as “versões” da história presentes nos filmes, como na definição clara do contexto, das perspectivas e dos pressupostos que se articulam para a construção do filme e do que nele é visível ou não. Tais cuidados visam à evidenciação de que nunca se trabalha com a História como um todo, mas com recortes e análises que dependem dos objetivos e das ferramentas do analista, seja ele historiador ou professor de ciências (FERRO, 1992).

Essas considerações permitem pensar que métodos análogos aos desenvolvidos pelos historiadores podem ser incorporados ao uso de filmes e vídeos no ensino de história da ciência. Ainda que não caiba aqui uma discussão sobre as especificidades do trabalho do historiador, podemos dizer que este é marcado por uma atividade de análise, de montagem e desmontagem dos documentos fontes da história (LE GOFF, 1990), inclusive quando estes são documentos audiovisuais.

Ainda que não seja viável que o professor de ciências seja também um historiador das ciências, o conhecimento de alguns desses métodos é pertinente para que o ensino da história da ciência não ocorra apenas de forma a reproduzir os conteúdos da história. Os filmes científicos de arquivo são fontes vivas no que diz respeito a este ponto, se considerarmos que uma análise historiográfica que os utilize como fonte deve proceder pela sua desmontagem e remontagem, pela pesquisa de fontes exteriores ao filme que iluminem seus próprios

pressupostos. Sem uma pesquisa de tal natureza, fica difícil levar a análise para além daquilo que o próprio filme apresenta e, portanto, fazer surgir dados e discussões sobre a natureza da ciência, sobre os conteúdos da história da ciência considerados relevantes ou sobre a maneira como ela é escrita e ensinada, por exemplo.

Neste trabalho, apresentamos uma proposta de abordagem da história da ciência mediada pela análise de um filme científico. Primeiramente apresentamos brevemente as concepções de história da ciência com as quais pretendemos trabalhar, já que essa pesquisa se orienta por abordagens específicas. Em seguida, apresentamos alguns dados colhidos em uma pesquisa documental sobre a história da Hanseníase no Brasil a partir de questões e informações colocadas pelo filme *Combate à Lepre no Brasil*, produzido em 1945. O filme nos serviu como “filtro” de questões e nos forneceu as informações que configuraram o ponto de partida da pesquisa. Sua análise, portanto, funcionou como disparadora de questionamentos sobre a ciência implícita ou explicitamente apresentada pelo filme à luz das informações levantadas e cotejadas com as encontradas na obra cinematográfica.

O levantamento parcial aqui apresentado, e as questões por ele suscitadas, não apenas constituirão um conjunto complexo de informações que iluminam e esclarecem o que o filme mostra e não mostra (conteúdo relevante para uma análise historiográfica que siga as abordagens epistemológica e arqueológica, como será visto a seguir), mas também fundamentará, em trabalhos futuros, reflexão teórico-metodológica sobre a validade dessas abordagens quando mediadas por obras cinematográficas científicas. Como precedente relevante deste tipo de pesquisa na área de ensino de ciências, podemos citar o trabalho realizado por Bastos e Krasilchik (2004) sobre a história da Febre Amarela, levantamento que consideramos similar em sua natureza, apesar de diverso em seus objetivos.

Abordagens para a história da ciência

Para este trabalho, apresentaremos duas abordagens para a história da ciência com as quais pretendemos trabalhar: a abordagem histórico-epistemológica e a abordagem histórico-arqueológica. Encontra-se a seguir uma rápida consideração sobre essas abordagens, para a qual nos baseamos em Machado (2006). Descrevemos também, em linhas gerais, como a compreensão das diferenças entre essas abordagens repercute na análise e no uso de materiais audiovisuais como fontes para o ensino da história da ciência.

As histórias epistemológicas das ciências têm por objetivo investigar a produção de verdade na ciência, considerada como processo histórico que define e aperfeiçoa a sua própria racionalidade (MACHADO, 2006, p. 9). Por este motivo, essa abordagem toma o progresso da ciência como pressuposto, ou seja, parte do princípio segundo o qual o conhecimento científico se desenvolve no sentido de uma verdade e de uma racionalidade cada vez maiores (2006, p. 27). Segundo Machado, a afirmação do progresso como uma propriedade essencial das ciências conduz a história epistemológica das ciências a procurar compreender a dinâmica desse progresso, e não apenas descrevê-lo factualmente. Trata-se de julgá-lo, distinguir o erro e a verdade, não segundo um critério eterno de julgamento, mas segundo as normas relativas ao estado mais “aperfeiçoado” deste progresso, ou seja, o seu momento atual. Daí seu caráter normativo. Como as histórias epistemológicas não aceitam critérios de cientificidade válidos universalmente, por respeitarem a lógica conceitual das ciências do passado, e como consideram a história das ciências como em “permanente progresso”, o princípio de julgamento adotado deve ser a atualidade da ciência. Assim, para uma história epistemológica das ciências, o historiador deve conhecer o estado presente da ciência cuja história pretende escrever, de forma a “julgar bem” seu passado.

No que diz respeito a uma abordagem histórico-epistemológica que tome obras audiovisuais como fontes para a história da ciência, trata-se de confrontar o passado e o presente para revelar a atualidade ou a “defasagem” do conhecimento expresso nos filmes e vídeos. Estes podem ser analisados em relação à sua conformidade ou adequação aos conceitos, técnicas e teorias atuais. Pode-se discutir como filmes mais antigos apresentam o conhecimento científico de sua época, e compará-lo com o conhecimento atual. Trata-se, portanto, de encontrar diferenças históricas e epistemológicas entre o que a obra mostra ou faz supor e o estado atual da ciência.

As histórias arqueológicas das ciências, por sua vez, não partem do pressuposto da preeminência do progresso no desenvolvimento científico e, portanto, não pretendem julgar as ciências tomando como norma a cientificidade definida pelo presente (MACHADO, 2006, p. 81). Para esta abordagem, a afirmação de que a ciência é marcada pelo progresso deixa de ter valor. O perigo de uma história que pressupõe o progresso como essência da ciência é produzir visões teleológicas e perspectivadas. As histórias arqueológicas não se preocupam em julgar a cientificidade de um discurso, nem levantar a questão de sua racionalidade a partir da ciência atual. Ao abandonar os critérios de verdade definidos pela atualidade de uma ciência, a história arqueológica desloca a questão: não se trata da cientificidade, das “condições de verdade”, de uma ciência a partir da atualidade de seu progresso, mas das condições de possibilidade de saberes, sejam estes considerados científicos ou não segundo a ciência atual, nas relações destes saberes com outros saberes que lhes eram contemporâneos. Assim, enquanto para a história epistemológica, situando-se em uma perspectiva normativa, trata-se de estabelecer a legitimidade dos conhecimentos, para a história arqueológica, trata-se de interrogar as condições de existência dos enunciados e discursos, colocando de lado a questão da cientificidade.

Assim, desaparecem da abordagem histórico-arqueológica as pressuposições que afirmam o progresso da ciência: um saber posterior não é necessariamente superior ao anterior. Portanto, muda-se a forma de considerar a questão da verdade em ciência. Para a história epistemológica, a questão da verdade se concentra nos critérios do conhecimento verdadeiro que são definidos pela ciência em sua atualidade. As histórias arqueológicas procuram desvincular a reflexão histórico-filosófica sobre a verdade da ciência de sua atualidade, eliminando a utilização de critérios externos. Ao proceder desta forma, não se pretende eliminar a questão da verdade, mas aceitá-la como uma configuração histórica, e examinar seu modo de produção somente a partir de normas internas dos saberes de determinada época. A história arqueológica se distingue, portanto, dos outros tipos de história porque analisa os saberes do passado a partir do que lhes foi contemporâneo, e não a partir do que é aceito como verdade científica na atualidade.

Levantamento documental sobre *Combate à Lepra no Brasil*

O filme *Combate à Lepra no Brasil* e sua época

O filme *Combate à Lepra no Brasil* foi dirigido, em 1945, pelo cineasta Humberto Mauro e produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e pelo Serviço Nacional de Lepra (SNL), órgãos ligados ao então Ministério da Educação e Saúde (MES). O objetivo principal do filme era divulgar a rede de leprosários que estava se constituindo no Brasil como medida fundamental para o combate à hanseníase no Brasil. O filme, como uma produção histórica e socialmente datada, reflete o contexto de uma época marcada por uma grande preocupação com as doenças tropicais e em que ainda era forte a influência da política higienista, nascida nos anos 1920 (MORAES, 2007).

Segundo Schvarzman (2004), as políticas do Ministério da Educação e Saúde na Era Vargas, período em que o filme foi produzido, foram marcadas pelo alargamento do “empenho higienista na área da saúde”. Neste sentido, “o viés eugênico sanitarista se realiza neste momento pela criação ou reestruturação de diferentes organismos encarregados de zelar pelos múltiplos aspectos que constituiriam na prática o novo ‘corpo’ nacional” (SCHVARZMAN, 2004, p. 213). Entre as ações envolvidas por esta política destacam-se desde o fomento à pesquisa científica sobre doenças endêmicas, as campanhas de vacinação, até a instalação de infraestrutura sanitária e de isolamento de doentes, tais como os leprosos.

O filme *Combate à lepra no Brasil* registra, documenta e divulga ações relacionadas a este último ponto. Segundo Moraes, “o desenvolvimento das políticas sanitárias era visto como instrumento de fortalecimento do poder público” assim como a propaganda do que estava sendo realizado pelo governo (MORAES, 2007, p. 4). Por este motivo, o INCE, e grande parte dos filmes que produzia, teve neste momento um papel estratégico como instrumento para divulgar e referendar as ações do Ministério (SCHVARZMAN, 2004, p. 213). O papel político e ideológico dessas produções nas estratégias e objetivos do governo da época quanto à legitimação de tratamentos e à divulgação de uma imagem de combate efetivo a doenças é bastante evidente, mas as ações e políticas governamentais não serão o foco principal deste trabalho.

Assim, é possível afirmar que *Combate à lepra no Brasil* se constituiu, em primeiro lugar, como propaganda e divulgação de ações governamentais. A função do filme é convencer a população de que o doente de lepra será tratado de modo profissional, respeitoso e humanitário (MACIEL, 2007, p. 140). As imagens e textos apresentados procuram mostrar como os doentes confinados gozam de relativa liberdade e tranquilidade, e são tratados com cuidado, paciência, segurança e sob os auspícios do rigor e do conhecimento científicos. Os procedimentos de tratamento são simples e não parecem dolorosos ou desconfortáveis. Isso nos faz pensar, apenas pela visualização do filme, que o tratamento da hanseníase naquele momento não poderia ser mais adequado. Os profissionais da saúde estariam trabalhando em função das metas do governo e de acordo com o conhecimento científico disponível. Maciel acredita que:

a idéia é passar ao espectador a ‘normalidade’ existente dentro de um hospital de isolamento para leprosos, que não é mostrado como um local perverso, onde os pacientes estão isolados do mundo, mesmo que isto pareça – aos nossos olhos - paradoxal. São mostrados pacientes elegantemente vestidos, homens e mulheres, que mais parecem estar hospedados em um hotel fazenda, colhendo laranjas e tendo intensa vida social devido aos campeonatos de futebol disputados entre os vários leprosários (2007, p.140).

Ainda que o filme seja claramente caracterizável como propaganda institucional-governamental, as imagens e informações que ele nos apresenta trazem dados sobre as políticas oficiais de saúde, especialmente as de controle da hanseníase, e sobre as bases científicas que fundamentavam tais políticas, a despeito destas serem ou não as mais avançadas ou rigorosas para a época. Um dos pontos que trataremos adiante se concentra sobre esta questão: a disparidade entre o tratamento da hanseníase apresentado pelo filme e outras abordagens e teorias já existentes naquele mesmo momento.

Elucidar a questão destacada acima poderá nos ajudar a discutir e refletir sobre a natureza do conhecimento científico e do desenvolvimento da ciência em relação a aspectos tais como a influência de fatores políticos e econômicos sobre a aplicação de conhecimentos científicos, o caráter coletivo, controverso e não-linear do processo de produção do conhecimento, e a natureza arbitrária da ciência, considerando-se que as “formas de ver” que a ciência apresenta nem sempre estão apoiadas sobre bases racionais (BASTOS & KRASILCHIK, 2004). Este

último ponto é especialmente relevante no caso deste filme, porque a pesquisa aponta que a política de saúde que ele apresenta não estava determinada apenas pelo conhecimento científico disponível, mas também por escolhas político-ideológicas.

O filme e a lepra: uma história entre outras possíveis

A questão das origens da lepra no Brasil é o ponto sobre o qual o filme se inicia. Num movimento superficialmente historiográfico, o filme indica alguns acontecimentos e informações considerados marcantes sobre esse aspecto. Toma dois caminhos para discuti-la. Por um lado, atribui o surgimento da doença à colonização e sua disseminação aos escravos africanos principalmente. Por outro, recupera as primeiras ações de combate à lepra no Brasil, destacando a fundação dos primeiros “asilos para leprosos” e a instituição dos primeiros regulamentos que visavam o controle da doença. No que diz respeito ao primeiro ponto, historicamente não foi confirmado que os negros foram os principais disseminadores da doença, principalmente porque entre os séculos XVII e XIX o diagnóstico da doença não era preciso.

No entanto, de uma perspectiva arqueológica, é relevante a coincidência destas informações com o registrado por outros documentos encontrados. Um trabalho publicado em 1953 pelo Dr. Souza-Araújo, intitulado “O Problema da Lepra no Brasil”, traz informações muito similares sobre as origens da lepra no Brasil. O cotejamento entre as duas fontes (o documento e o filme) mostra que ambas compreendem um mesmo enunciado do ponto de vista arqueológico. De uma forma geral, é bastante evidente como este documento e o filme insistem sobre os mesmos pontos ao relatar a política de combate à lepra em sua época.

Em relação ao segundo ponto, é notável como o filme coloca em destaque, na história das ações que objetivavam o controle da doença, justamente as que estariam em acordo com as praticadas pelo Estado brasileiro na época em que o filme foi feito, ou aquelas que de alguma forma historicamente prenunciaram as práticas defendidas pelo filme. Novamente, há alguns pontos de contato (coincidências) com o documento produzido pelo Dr. Souza-Araújo nos anos 1950. Ambos relacionam a fundação de diversos asilos e leprosários, datam a fixação do primeiro regulamento para o controle da lepra (1741) e do início da “moderna profilaxia” (SOUZA-ARAÚJO, 1953) ou da “verdadeira batalha científica no combate ao mal de Hansen no Brasil” (filme) no início da década de 1920. Discordam, no entanto, sobre o primeiro asilo para leprosos fundado no Brasil.

O filme prossegue listando as ações desenvolvidas pelo governo da época no combate à lepra, destacando aquelas relacionadas ao isolamento do doente, tais como criação de inspetorias, hospitais-colônia e leprosários, bem como o esforço de ampliação de vagas nestes espaços, o que teria produzido, segundo o filme, um excedente de vagas. O confinamento e a segregação são legitimados em defesa da sociedade. O filme afirma que, a partir da década de 1920, o isolamento deixou de ter função apenas de segregar o doente do convívio social e passou a ser também uma estratégia para generalizar o tratamento. No entanto, não há maiores detalhes sobre como seria esse tratamento, e insiste-se em apresentar apenas a infraestrutura do isolamento. Da mesma forma, o filme não coloca em questão, em nenhum momento, a validade dessas ações ou mesmo a existência de outras possibilidades de tratamento e controle. Ao contrário, descreve detalhadamente uma série de ações governamentais que se fundamentam na ideia de que a busca, a identificação e o isolamento do doente são a forma correta, científica, de combate à doença.

Segundo as fontes documentais consultadas até o momento, a prática do isolamento era um dos alicerces da política de controle da hanseníase na época no Brasil, junto à notificação obrigatória e ao exame periódico dos comunicantes (SANTOS *et al.*, 2008, p.169).

Especialmente a partir da década de 1930, o isolamento não era um processo que envolvia a decisão e aceitação do indivíduo, já que ocorria por meio de operação tipo policial, realizada por agentes de saúde, que retiravam o doente de sua vida privada (DUCATTI, 2007, p. 308). O isolamento era, portanto, compulsório, fosse em domicílio, colônias agrícolas, sanatórios, hospitais ou asilos.

A obrigatoriedade do isolamento e sua centralidade na política estatal tornavam fundamental a construção de uma ampla infraestrutura de isolamento, tal como a que o filme mostra. Segundo Santos *et al.* (2008), nos anos 1940, o número de leprosários, dispensários e preventórios ainda era considerando deficiente, razão pela qual o Serviço Nacional da Lepra incluiu em suas ações um plano de instalações dessas unidades, principalmente nas zonas onde a incidência da doença era alta.

No entanto, a prática do isolamento compulsório já não era, na época em que o filme foi produzido, consensual. Aliás, parece nunca ter sido totalmente. No Brasil, o isolamento compulsório dos doentes seguiu orientação de uma elite técnica composta de forma predominante por médicos, mas também por jornalistas, juristas, arquitetos. Essa elite se dividia entre dois grupos (os “humanitários” e os “isolacionistas”). Os humanitários se caracterizavam pela preocupação com a proximidade com o doente e por recomendarem medidas brandas de isolamento ou isolamento domiciliar (MONTEIRO *apud* DUCATTI, 2007, p. 307). Ainda na década de 1930, Adolpho Lutz, por exemplo, compreendia que o isolamento era dispensável por acreditar que havia interferência de certos insetos sugadores de sangue na transmissão da hanseníase (DUCATTI, 2007, p. 304). Portanto, a defesa do isolamento gerou conflitos e discussões científicas, institucionais e profissionais. Em São Paulo, por exemplo, Salles Gomes, médico que assumiu o Serviço Sanitário paulista em 1931, era um defensor incondicional do isolamento compulsório. Por seu intermédio, houve medidas de segregação não apenas para a lepra, mas também para tuberculose e doenças venéreas, durante toda a década de 1930. Emílio Ribas, posteriormente à frente do Serviço Sanitário paulista, defendia o isolamento dos leprosos, mas considerava que essa medida só deveria ser implantada “depois de feitas instalações realmente capazes de oferecer conforto, higiene e cuidados médicos” (SANTOS *et al.*, 2008, p. 176).

As discussões científicas em torno do tratamento e de formas de controle da doença pautadas pelo isolamento compulsório de doentes eram, no entanto, bem mais antigas. A Primeira Conferência Internacional da Lepra, ocorrida em Berlim, em 1897, foi, de acordo com Santos *et al.*, um exemplo destas disputas, tanto no que diz respeito à produção de conhecimentos sobre a doença, quanto ao direcionamento das políticas de saúde para combatê-la. Numa época em que havia muitas dúvidas sobre os modos de transmissão da doença e não se conheciam medicamentos realmente eficazes, Hansen propôs o isolamento como medida necessária. Para os partidários dessa corrente, o combate à lepra só seria possível por meio do isolamento dos leprosos. Hansen fez recomendações sobre a conduta com os doentes, ressaltando a importância do isolamento destes. Esta conduta indicava em primeiro lugar o isolamento domiciliar dos doentes. Em casos em que existissem muitos pobres hansenianos, o governo teria de tomar providências e isolá-los, assim como responsabilizar-se por seu cuidado e tratamento. Hansen ainda afirmava que o isolamento compulsório deveria ser decidido apenas após o exame individual de cada caso (HANSEN, 1897 *apud* CUNHA, 2002, p. 239). No modelo preconizado por Hansen, no entanto, isolavam-se somente as pessoas em estágios avançados da doença, numa perspectiva não segregacionista (DUCATTI, 2007, p. 306), ao contrário do que o filme defendia e naturalizava.

Em razão do caráter estratégico do isolamento para a política de combate à Hanseníase em vigor, e talvez também em razão das disputas entre correntes mais tradicionais e mais

humanitárias, o filme é enfático tanto ao destacar as benfeitorias realizadas nas instalações de isolamento, quanto ao sugerir que os doentes têm condições dignas de vida, com “certa liberdade” (“espiritual”, por exemplo) e amplas possibilidades de levar uma vida “normal” e produtiva nas colônias. Menciona-se, por exemplo, a existência, neste tipo de instituição, tanto de instalações médicas apropriadas (como enfermarias, dispensários), quanto de equipamentos culturais, esportivos e de entretenimento (como teatro, cinema, salão de baile, biblioteca). São também destacadas as atividades econômicas e produtivas desenvolvidas pelos próprios internos, em geral relacionadas à agricultura e à pecuária. Essas atividades são consideradas importantes pelo filme por desempenharem “um valor moral” junto ao interno e constituírem um tipo de ocupação e trabalho remunerado.

O filme confere destaque ainda ao cuidado com os doentes “não-contagiantes” e com a “vigilância dos comunicantes”. O mesmo ocorre em relação às crianças nascidas de “casamento entre leprosos”: menciona-se a prática da separação destas crianças de seus pais e a tutela oferecida pelo Estado (por meio dos preventórios mantidos em parceria com a iniciativa privada) ou pela adoção por “famílias idôneas”. Mais uma vez é marcante a preocupação em manifestar o cuidado com o oferecimento do aprendizado de um ofício para essas crianças e a justificação de seu trabalho como necessário para “aliviar a despesa com a manutenção” dos preventórios.

O filme se conclui com a promessa de extinção da doença no Brasil caso as medidas apresentadas sejam continuadas. Sobre este ponto, é importante mencionar o documento intitulado “Profilaxia da Lepra no Brasil”, produzido pelo Dr. Orestes Diniz, em 1958, segundo o qual dados estatístico-epidemiológicos referentes ao período 1946-1957, mostravam que a incidência da lepra aumentava sensivelmente. Segundo o autor, esse aumento não podia ser explicado pela “maior intensidade na procura de casos”, já que não ocorreram, no período, “medidas para incrementar o descobrimento de doentes” (DINIZ, 1958). Além disso, Diniz cita os posicionamentos de diversos congressos de médicos especialistas que apontavam a inadequação do isolamento compulsório por diversas razões, entre as quais ocultamento de grande número de doentes pelo temor do isolamento, desintegração e estigmatização da família e de uma classe de enfermos e perpetuação de preconceitos populares (DINIZ, 1958). Naquele momento o isolamento já era considerado “contraproducente” e as medidas preconizadas por *Combate à lepra no Brasil* não levariam à erradicação da doença mesmo que bem aplicadas.

O visível e o não visível: o tratamento da lepra no filme

Como já indicado por outros autores (MORAES, 2007; SCHVARZMAN, 2004), é notável a ausência do doente no filme: eles quase não aparecem. Ao concentrar sua atenção nas instalações físicas destinadas ao isolamento, e ao se concentrar em mostrar indivíduos “saudáveis” ocupando e circulando por estes espaços, fica elidida a presença do doente e das manifestações da doença. Em geral, as pessoas são mostradas em atividades “normais” (lendo, costurando e jogando xadrez), ou em atividades relacionadas ao tratamento, profilaxia e cuidado da doença (médicos, enfermeiras e cientistas trabalhando).

A omissão do doente e da doença é entendida e explicada de forma diferente por diferentes autores. Para Moraes, a omissão é justificável se for entendida como uma maneira de manter o sigilo sobre os doentes e poupá-los e suas famílias do estigma da lepra. Essa opção do filme é explicada como um traço de sensibilidade e de respeito em relação aos doentes. Galvão (2007, p. 123), por sua vez, reforça a ideia de omissão do doente e da doença, chamando atenção para o fato de que o filme opta por planos gerais e que, mesmo nas partes em que aparecem os doentes, não é possível ver as lesões provocadas pela lepra. Se, por um lado, isso pode ser entendido como intenção de manter o sigilo sobre o doente, por outro mostra que o

foco do filme não é a doença, mas sua profilaxia. Nas cenas em que os doentes aparecem sendo atendidos pelos médicos, a ênfase é no atendimento, não nas características da doença. Neste ponto, Galvão concorda com Schvarzman, quando esta diz que a “ausência de dor dá ao filme uma irrealidade reconfortante” (SCHVARZMAN, 2004, p. 263).

Se por um lado podemos lembrar que, na época, ter um parente recolhido pelos carros pretos do Departamento de Profilaxia representava um estigma para a família (que muitas vezes viajava como forma de mascarar o seu “desaparecimento”), por outro, retirar o foco dos aspectos mais degradantes da doença, e evitar mostrar as incapacidades e o que elas provocam, é mais adequado para um filme que pretende enaltecer as ações realizadas pelo Estado objetivando a produção de consenso e “apaziguamento público” quanto ao andamento das medidas para seu controle e erradicação. Neste sentido, não seria absurdo pensar que os indivíduos que aparecem no filme “representando” os doentes não fossem realmente doentes.

Schvarzman destaca também que o filme não se preocupa em ensinar ao público como se prevenir ou como se reconhecer doente. O que interessa é mostrar o que o governo faz pelos desvalidos. Esta característica coloca ainda mais em relevo o caráter de propaganda institucional do filme, que se reforça em detrimento de um objetivo mais diretamente ligado à promoção da saúde pública por meio da informação. Para esta mesma autora, o filme reforça a separação entre os doentes e os saudáveis, e “sublinha o estigma da doença, o paternalismo do Estado e, sobretudo, a descrença na capacidade do espectador de contribuir para o seu combate” (SCHVARZMAN, 2004, p. 263).

O que parece bastante marcante no filme é a ausência de qualquer menção a outras formas de controle e tratamento da lepra já existentes na época em que foi produzido. Segundo Ducatti, a partir das décadas de 1930 e, principalmente, de 1940, o tratamento medicamentoso já era possível, com o avanço dos quimio-terápicos, as sulfonas, sem a necessidade de segregar os pacientes do convívio social e familiar (DUCATTI, 2007, p. 303). No entanto, o isolamento é apresentado, no filme produzido em 1945, ainda como a principal estratégia de controle. Não há qualquer menção aos tratamentos com medicamentos eventualmente realizados nos hospitais e colônias.

As décadas de 1940 e 1950 inaugurariam novos caminhos: o controle da doença vai deixar de ser realizado, em grande medida, pelo isolamento e segregação dos doentes. Ressurgiriam, então, as propostas de tratamento nos ambulatórios. Como vimos acima, novas formas profiláticas surgiram, com características humanitárias, que desaconselhavam o isolamento, dentro da perspectiva denominada “Nova Postura”. Não há no filme, no entanto, qualquer tensão em relação a tratamentos emergentes, em desenvolvimento ou concorrentes.

Considerações finais

O trabalho aqui apresentado é parcial em seus resultados e conclusões. Ainda resta investigar o quanto os tratamentos da Hanseníase em meados da década de 1940 gozavam ou não de cientificidade reconhecida e aplicabilidade. Resta investigar também a relação epistemológica com o conhecimento científico existente sobre a doença e os tratamentos hoje preconizados e praticados. De um ponto de vista histórico epistemológico, resta, portanto, relacionar o estado do conhecimento científico sobre a doença na época em que o filme foi produzido e o atualmente disponível. Do ponto de vista histórico arqueológico, trata-se de investigar as condições de possibilidade de saberes, sejam estes considerados científicos ou não segundo a ciência atual, nas relações destes com outros saberes que lhes eram contemporâneos. Assim, a descoberta de recorrências entre os documentos contemporâneos ao filme e o próprio filme, tal como algumas apontadas aqui, deve ser valorizada.

Os resultados obtidos até agora reforçam a possibilidade da construção de uma leitura historiográfica dos filmes científicos seja para discussões sobre a natureza da ciência (abordagem epistemológica), seja para discussões sobre questões sócio-científicas (abordagem arqueológica), seja para uma integração de ambas. Em relação aos objetivos de ensino de história da ciência, a contribuição da abordagem epistemológica é gerar uma reflexão que pode chamar a atenção do aluno para o processo de construção das ciências, auxiliando na formação de imagens de ciência que levem em conta o caráter político-social (FOUREZ, 1995), transitório e descontínuo da produção do conhecimento científico (KUHN, 2007). Já uma análise arqueológica do filme *Combate à Lepra no Brasil* no ensino da história da ciência apontaria como essa produção se articulava a projetos “extra-científicos” estatais, ou como este filme expressa dimensões sociais da produção científica que são importantes para compreender como a ciência se relaciona com a política, a sociedade, a cultura e o poder na sua própria contemporaneidade. A contemporaneidade de uma ciência nos aponta as disputas, polêmicas e hegemonias que a cercam e mostram como a cientificidade é profundamente política e cultural.

A pesquisa histórica documental tem aqui a função de informar as leituras que podem ser feitas dos filmes por alunos e professores. A leitura de filmes como *Combate à lepra no Brasil* no contexto da ciência escolar, para além das razões e intenções que os teriam conformado em sua criação, resulta substancialmente enriquecida e informada pela pesquisa documental. Supomos que esse tipo de pesquisa pode colaborar para preparar um contexto educacional e uma situação de aprendizagem que provoquem uma emancipação tanto do olhar sobre a obra audiovisual, quanto do olhar sobre a natureza da ciência. Os filmes do passado podem até ter perdido sua força como exemplos da arte do cinema, mas eles nos permitem algum nível de acesso, por exemplo, às tentativas de persuadir o público da importância da ciência, da tecnologia e da medicina (BOON, 2008).

Assim, mesmo obras que se caracterizem, como *Combate à lepra no Brasil*, como artefatos de propaganda e divulgação de ações governamentais podem ser fontes para o ensino da história da ciência, pois testemunham sobre um determinado estado do conhecimento científico e/ou sobre as relações deste com a sociedade e as políticas públicas na área da saúde, por exemplo. O confronto entre estes conhecimentos, entre estes “estados”, e o conhecimento atual (abordagem epistemológica) e o conhecimento contemporâneo à fonte considerada (abordagem arqueológica) podem nos iluminar o caminho para a abordagem de questões relativas à provisoriidade do conhecimento científico e das dimensões políticas de sua prática.

Referências

- ACEVEDO, J. *et al.* Mitos da Didática das Ciências acerca dos Motivos para Incluir a Natureza da Ciência no Ensino das Ciências. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2005.
- BASTOS, F. & KRASILCHIK, M. Pesquisas sobre a febre amarela (1881-1903): uma reflexão visando contribuir para o ensino de ciências. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 417-442, 2004.
- BOON, T. **Films of facts: a history of science in documentary films and television.** Londres: Wallflower, 2008.
- CARNEIRO, M. H. & GASTAL, M. L. História e Filosofia das Ciências no Ensino de Biologia, **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 33-39, 2005.
- CUNHA, A. Z. S. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 7, n. 2, 235-242, 2002.

- DINIZ, O. Profilaxia da lepra no Brasil: plano atual da campanha e sua execução. **Revista Brasileira de Leprologia**, 141-154, 1958.
- DUCATTI, I. Discurso científico e legitimação política: hanseníase e isolamento compulsório (Brasil, século XX). **Projeto História**, São Paulo, n.34, p. 303-315, jun. 2007.
- FERRO, M. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FOUREZ, G. **A Construção das Ciências** – Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- GALVÃO, E. **A ciência vai ao cinema**: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). 2004. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências) – Instituto de Ciências Biomédicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento, in **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- MACIEL, L. R. “**Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade**”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- MACHADO, R. **Foucault, a Ciência e o Saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MARTINS, L. História da Ciência: Objetos, Métodos e Problemas. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.
- MORAES, A. F. **Documentário em Saúde – A produção de Humberto Mauro no INCE**. Revista Z Cultural, v.4, p.1-11, 2007.
- SANTOS, L. A. *et al.* Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 167-190, jan./jun. 2008.
- SCHVARZMAN, S. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SOUZA-ARAÚJO, H. C. O problema da lepra no Brasil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, vol. 52, n. 2, 1954.